

Além dos números há uma pessoa: sobre a utilização clínica de testes

Rui C. Campos¹

Universidade de Évora, Portugal

RESUMO

Neste trabalho começamos por tecer algumas considerações sobre o processo de avaliação psicológica e descrevemos depois as principais vantagens dos diferentes tipos de instrumentos de avaliação da personalidade, escalas de avaliação de comportamentos, questionários e inventários e métodos projetivos. Em seguida discutimos a complementaridade dos diferentes métodos de avaliação da personalidade. No tópico seguinte, discutimos a questão da possibilidade de realizar simultaneamente interpretações nomotéticas e ideográficas com base nos resultados de diferentes provas psicológicas e alertamos para os cuidados a ter na realização de interpretações ideográficas. O artigo termina com a apresentação de quatro vinhetas clínicas que ilustram uma interpretação qualitativa/ideográfica de diferentes testes psicológicos e com uma breve conclusão final.

Palavras-chave: avaliação da personalidade; instrumentos de avaliação; interpretação ideográfica; vinhetas clínicas.

ABSTRACT – Behind the numbers there is a person: about the clinical use of tests

In this paper we start with some considerations about the psychological assessment process and we describe the main advantages of the different types of personality assessment instruments, behaviour scales, questionnaires and inventories and projective methods. After that, it will be discussed the complementarity of the different personality assessment methods. In the next topic we will discuss about the possibility of conducting both nomothetic and idiographic interpretations based on the results of several psychological tests, and we present some cautions about making idiographic interpretations. The manuscript finishes with the presentation of four clinical vignettes which illustrate a qualitative / idiographic interpretation using different psychological tests and with a brief conclusion.

Keywords: personality assessment; assessment instruments; idiographic interpretation; clinical vignettes.

RESUMEN – Además de los números hay una persona: sobre el uso clínico de testes

En este trabajo se empieza por algunas consideraciones sobre el proceso de evaluación psicológica y se describen las principales ventajas de los diferentes tipos de instrumentos para la evaluación de la personalidad, las escalas de evaluación de la conducta, los cuestionarios e inventarios y los métodos proyectivos. Luego hablamos de la complementariedad de los diferentes métodos de evaluación de la personalidad. En el siguiente tema, discutimos la cuestión de la posibilidad de que ambas interpretaciones, ideográfica y nomotética, basadas en los resultados de diferentes pruebas psicológicas, son realizadas y se advierte a tener cuidado al hacer interpretaciones ideográficas. El artículo finaliza con la presentación de cuatro casos clínicos que ilustran una interpretación cualitativa / ideográfica de diferentes pruebas psicológicas y una breve conclusión.

Palabras clave: evaluación de la personalidad; instrumentos de evaluación; interpretación ideográfica; viñetas clínicas.

O que é, ou para que serve a avaliação psicológica? Muitas páginas foram de fato escritas nos manuais da especialidade para responder a esta pergunta, mas permitimo-nos aqui alguma falta de modéstia para responder de forma sintética, demasiado sintética, e de certo modo pessoal. A avaliação psicológica serve para responder a uma ou mais questões que são colocadas sobre um indivíduo ou sobre um grupo de indivíduos. Quando o psicólogo avalia, seja em que contexto profissional da Psicologia for, avalia, ou pelo menos, deveria avaliar, sempre, para responder a uma ou mais questões: “Quais

os fatores responsáveis pelas dificuldades escolares de uma dada criança”; “O paciente tem indicação para uma intervenção psicoterapêutica e quais as principais linhas orientadoras que o psicoterapeuta deverá ter em mente?”; “É previsível que o indivíduo possa voltar a cometer o mesmo crime?”; “Quais os fatores ligados ao comportamento organizacional que podem ser responsáveis pelo mal-estar sentido pelos funcionários de uma dada empresa?” são exemplos de questões possíveis.

O presente trabalho pretende apresentar uma visão clínica sobre a utilização de testes em avaliação da

¹ Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia, Universidade de Évora, Apartado 94, 7002-554, Évora, Portugal. E-mail: rcampos@uevora.pt

personalidade. Nos tópicos seguintes, começaremos por conceptualizar o processo de avaliação da personalidade e enfatizar as vantagens dos principais métodos de avaliação da personalidade. Em seguida, discutimos a importância de considerar a complementaridade dos diversos tipos de métodos, aspecto que nos possibilitará a introdução da ideia de que é possível uma interpretação ideográfica sem descorar, no entanto, uma abordagem mais nomotética/quantitativa dos resultados. O restante do manuscrito será dedicado a enfatizar, ilustrando com algumas vinhetas clínicas, as possibilidades e os cuidados a ter com uma abordagem mais qualitativa/ideográfica em avaliação da personalidade, destacando a ideia central deste trabalho, a de que elementos mais projetivos e pessoais podem estar presentes na resposta e no comportamento em face de qualquer tipo de provas psicológicas, não necessariamente projetiva.

O processo de avaliação da personalidade

A avaliação psicológica é antes de mais nada um processo de resposta a questões. É também um processo único para cada caso, um processo variável nas etapas, nas regras e nos instrumentos que utiliza, que depende entre outros fatores dos intervenientes, do tempo disponível e do pedido formulado (Maloney & Ward, 1976), do contexto em que ocorre e do objetivo dessa avaliação (Campos, 2004; Groth-Marnat, 2009). A avaliação psicológica não é, nem deve ser, processo mecânico. O psicólogo não deve ser visto como tendo um papel passivo, de examinador ou técnico de laboratório (Simões, 1994) e cujo objetivo é apenas a aplicação de uma bateria fixa de testes.

Importa aqui abrir um breve parêntesis sobre a utilização de testes em avaliação psicológica. A utilização ou não de provas psicológicas depende de vários aspectos. Depende, por exemplo, do tempo disponível, da natureza do caso, do *setting* em causa e do pedido e das questões a que é necessário dar resposta. É muito diferente a avaliação que se faz de um paciente que vem com indicação clara para uma psicoterapia, da avaliação formal, necessária, por exemplo, num caso de diagnóstico muito complexo, cuja abordagem terapêutica pode ser muito difícil e com risco elevado. O tipo de provas a utilizar dependerá também de vários aspectos. As referências teóricas do psicólogo são importantes, mas não decisivas nesse processo de escolha das provas a aplicar. O domínio de determinadas provas deve ser decisivo. Apesar de numa dada situação, determinado teste se afigurar importante, a decisão de não o utilizar pode ser a melhor, dada a falta de conhecimento e prática do técnico no manejo do instrumento em causa (Campos, 2012). Em Portugal, há ainda outro problema, o facto de alguns instrumentos de referência não estarem ainda devidamente aferidos para essa população.

Weiner (1983) vê o psicólogo como uma espécie de consultor ou perito que pode ou não utilizar testes

psicológicos no processo de avaliação, mas que é quem deverá ajudar a decidir o que é melhor fazer num determinado caso. Mas note-se que, desta perspectiva decorre a necessidade de o técnico possuir um conhecimento teórico e uma experiência sólida, bem como uma competência inferencial forte, que, sublinhamos, só poderá estar desenvolvida a um nível completamente satisfatório com o devido treino e supervisão. Na verdade também, a avaliação psicológica é, ou implica sempre tomada de decisão e juízo clínico. Entenda-se clínico no sentido lato da palavra, no sentido clássico do termo, do uso do método clínico em Psicologia, e não como se referindo a um dos contextos profissionais de intervenção do psicólogo. A avaliação psicológica implica ir além dos dados, ver para além do óbvio, implica um olhar treinado, como os olhos de um radiologista quando veem numa imagem algo que para nós não passa de sombras e tonalidades de cinzento-branco.

Por exemplo, pode ser útil saber que um determinado indivíduo obteve um QI na Escala de Inteligência de Wechsler para Adultos (WAIS) de 100, o que o coloca exatamente no nível médio. Mas é ainda mais útil saber, por exemplo, que o sujeito poderia estar maçoado, aborrecido durante a aplicação da prova, e que portanto esse resultado não corresponde a uma avaliação precisa da sua eficiência intelectual (Cates, 1999).

Para além de uma ciência, a avaliação psicológica é também uma arte. Ainda segundo Cates (1999), a acumulação de dados não é uma avaliação. A integração dos dados e a subsequente interpretação é que constitui a avaliação psicológica. Por exemplo, a ordenação alfabética das palavras “de, do, lágrimas, mar, oh, quanto, Portugal, sal, salgado, são, teu” significa pouco. Mas ordenadas, “Ó, mar, salgado, quanto do teu sal são lágrimas de Portugal” constituem as linhas introdutórias de um conhecido poema épico de Fernando Pessoa. A propósito da interpretação do Rorschach, método de grande riqueza em avaliação da personalidade, interpretação esta do Rorschach que se pretende integrativa e holística, Silva (1998, p. 8) refere que “O desafio que o intérprete tem de enfrentar é o de fiar todos os dados de cada componente e depois tecer os fios resultantes numa trama que reflita a pessoa inteira.”; esta ideia pode aplicar-se ao próprio processo de avaliação.

Quando tratamos de avaliação da personalidade, na verdade, e do ponto de vista lógico e epistemológico, em termos das fases do processo e da sua conceptualização, tratamos de um processo idêntico ao da avaliação psicológica. Em termos teóricos, o processo de avaliação da personalidade pode ser visto com um subprocesso dentro do processo de avaliação psicológica (Campos, 2004). Mas na prática, muitas vezes, não faz sentido fragmentar ou subdividir esse processo mais global em subprocessos ou áreas de avaliação (Simões, 1994) mais específicas e, na maioria das vezes, torna-se necessária uma avaliação das condutas cognitivas e não cognitivas, quase sempre,

diríamos. Mesmo em situações altamente específicas do ponto de vista técnico, como a avaliação neuropsicológica, é muitas vezes necessário avaliar alguns aspectos da personalidade e a eventual presença de sintomas psicopatológicos (Beutler & Groth-Marnat, 2003).

Processo de excelência, considerado em Portugal da competência exclusiva do psicólogo (Simões, 1996; veja-se também Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2011), a avaliação psicológica utiliza diversos tipos de métodos e pode recorrer a diversos informadores e intervenientes. Do ponto de vista das ferramentas técnicas, o psicólogo socorre-se da observação do comportamento, dos resultados em diversas provas psicológicas, da análise do tipo e das peculiaridades da relação que o cliente consigo estabelece, entre outras (Campos, 2004).

Os diferentes tipos de métodos em avaliação da personalidade

Em avaliação da personalidade, podemos distinguir os métodos informais, como a observação e a entrevista, dos métodos formais, dos quais destacamos as escalas de avaliação, os inventários e questionários e os métodos projetivos (Fernández-Ballesteros, 2002; Weiner & Greene, 2008). Apesar de este trabalho versar sobre a utilização de testes em avaliação da personalidade, cabe uma nota prévia sobre a entrevista. A entrevista semiestruturada pode ser considerada uma metodologia informal de avaliação (Simões, 1998a), mas é um método de excelência, é na verdade ‘o método’ de avaliação. Em muitos casos o psicólogo não utiliza métodos formais, testes, mas realiza sempre uma ou mais entrevistas (Campos, 2012). A entrevista permite, entre outros aspectos, estabelecer uma relação de confiança antes da eventual aplicação de testes psicológicos, permite conhecer o estado afetivo-emocional e as expectativas do sujeito e motivação relativamente à avaliação. Permite corrigir expectativas negativas relativamente ao processo de avaliação e mais especificamente em relação à aplicação dos testes. Permite também recolher diversos tipos de dados, nomeadamente sobre a história de vida do indivíduo. Os dados da entrevista podem ser integrados com os dados provenientes de outros métodos (Simões, 1998a).

Mas vejamos as vantagens dos principais métodos formais de avaliação da personalidade. As escalas de avaliação de comportamentos são instrumentos de heteroavaliação (dado que a avaliação do sujeito é feita por um terceiro) e têm um papel extremamente importante na avaliação de crianças e adolescentes (Simões, 1998b). Esses instrumentos têm diversas vantagens importantes. Destaca-se o fato de permitirem obter informação que resulta de uma experiência passada do informador com o sujeito, em várias circunstâncias. Não menos importante, é o facto de permitirem a recolha de dados relativamente a comportamentos potencialmente raros, mas muito importantes (exemplo: tendências suicidas), que

difícilmente seriam recolhidos no contexto da observação da criança. Note-se, ainda, que se os pais são observadores privilegiados de comportamentos particularmente perturbadores (exemplo: roubos), os professores podem também ter um papel privilegiado na observação da criança, porque podem comparar o seu comportamento com o de crianças da mesma idade. Estão em contacto com o comportamento normativo das crianças e, portanto, podem avaliar com alguma facilidade os desvios relativamente a ele (Simões, 1998b). Finalmente, destacamos o facto de que a “leitura” dos pais e professores poder determinar sobremaneira o modo como interagem com a criança, o que influencia decididamente o comportamento desta. Trata-se de uma rede de interinfluências complexa, que importa analisar e compreender em avaliação psicológica (Campos, 2004).

As vantagens dos inventários e dos questionários de personalidade têm, por um lado, a ver com o facto de possuírem normas que permitem a interpretação dos resultados do sujeito, comparando-se com os resultados do grupo normativo de referência. Além disso, podem, em muitos casos, ser respondidos num período de tempo relativamente curto, permitindo sem grande morosidade, uma avaliação adequada de diversas características da personalidade. Por outro lado, a cotação é objetiva, não depende do examinador e, a precisão, é geralmente elevada, ou pelo menos, aceitável (Campos, 2004). Trata-se de medidas de autorrelato (*Self-report*) porque se pressupõe que o indivíduo fará uma autodescrição, um relato do seu comportamento típico. O pressuposto teórico fundamental por detrás desses instrumentos é de que o sujeito é capaz de se avaliar e, é mesmo, quem estará na melhor posição para saber sobre si próprio, pelo que se tratará de métodos fiáveis de avaliação da personalidade (Hersen, Hilsenroth & Segal, 2003; Kline, 1999).

Finalmente, os métodos projetivos. Apesar das muitas críticas a que foram sujeitos ao longo da história, continuam a ser métodos privilegiados em avaliação da personalidade (Boekholt, 2000; Fernandes, 1994; Marques, 1994; Villemor-Amaral & Werlang, 2008; Weiner, 2000). Em nossa opinião, não há avaliação psicológica sem a utilização de pelo menos uma técnica projetiva, pelo menos uma avaliação psicológica que pretenda mais do que a mera descrição do sujeito, quando se visa uma verdadeira compreensão (Campos, 2011).

As vantagens da sua utilização prendem-se, sobretudo, com a riqueza da informação que permitem obter e com o aspecto holístico e integrativo das análises que são possíveis a partir dos protocolos. Mas também, com o facto de serem medidas indiretas, em oposição aos inventários e questionários. Proporcionam informação que de outro modo estaria indisponível, simplesmente porque a pessoas não têm acesso a ela, (não têm consciência de determinadas características em si) ou não quer revelá-la, por exemplo, quando pretende falsear os resultados da avaliação. Esse aspecto relaciona-se com uma das

características que permitem definir a especificidade desse tipo de método relativamente, por exemplo, a questionários e inventários, que é o fato de na resposta aos métodos projetivos haver um desconhecimento por parte dos sujeitos dos objetivos do procedimento (Anastasi & Urbina, 1997; Fernandez-Balesteros, 2005; Lindzey, 1961), ou pelo menos sobre que aspectos das respostas se relacionam com que componentes específicos da personalidade.

Por exemplo, o sujeito não saberá que a utilização sistemática da cor negra como determinante das respostas ao Rorschach se pode relacionar com a presença de afetividade negativa, muito comum em sujeitos deprimidos. Isso pode ser ilustrado na seguinte resposta ao cartão I: “Um morcego todo preto”. Esses dois aspectos, bem como a relatividade das críticas que são normalmente apresentadas (por exemplo: Ferrnandez-Balesteros, 2002, 2005) tornam, em nossa opinião, os métodos projetivos, ou pelo menos alguns deles, métodos de grande relevância na avaliação da personalidade (Bornstein 2007; Weiner, 2005).

A complementaridade dos diferentes tipos de métodos

Não há métodos melhores e métodos piores; há métodos com vantagens, mas sempre com limitações (Simões, 1999); métodos que avaliam diferentes aspectos psicológicos; e ainda métodos que se adequam mais a um sujeito do que a outro. Vejamos esses dois últimos pontos, começando pelo último. Apesar de privilegiarmos os métodos projetivos em avaliação da personalidade, reconhecemos que, para além de críticas psicométricas várias à situação projetiva, a situação menos estruturada e a ambiguidade dos estímulos dos métodos projetivos nem sempre são o equivalente de uma expressão fantasmática rica, e podem mesmo ser fator de inibição. Por vezes, ocorrem surpresas. Sujeitos que se pensa que iriam reagir mal, respondem favoravelmente a itens estruturados sob a forma de um inventário ou questionário e mal aos estímulos de um método projetivo, sendo o contrário também verdade. Alguns sujeitos preferem a ‘liberdade’ de resposta da situação projetiva, quando à partida se suponha que reagiriam melhor à estrutura imposta por um questionário. Daí pensarmos que métodos mais estruturados como os questionários, ou no caso de crianças, as escalas de avaliação de comportamentos a serem completadas por pais e professores podem ser instrumentos importantes em algumas situações de avaliação e diagnóstico psicológico (Campos, 2012).

Entretanto, diferentes métodos proporcionam informação qualitativamente diferente, ainda que falemos de um mesmo construto. Na literatura, são muito citados os estudos de Bornstein (1998, 2002) sobre a dependência interpessoal. Quer as medidas de autorrelato (*Self-report*), os questionários, quer os métodos indirectos, os métodos

projetivos, medem esse construto, mas na verdade medem diferentes aspectos desse construto; os primeiros medem as necessidades auto-atribuídas de dependência, e os segundos, as necessidades implícitas de dependência. Preveem também diferentes tipos de critérios. Medidas de autorrelato da dependência preveem o comportamento dependente em situações que a característica dependência é saliente e medidas indirectas de dependência preveem o comportamento em situações mais espontâneas, em que a dependência não é saliente. Os dois tipos de medidas estão apenas moderadamente correlacionados, o que obriga a pensar na importância de aplicar diferentes instrumentos para avaliar o mesmo construto e verificar-se eventuais discrepâncias entre os dois tipos de métodos. Será certamente mais informativo do que confiar em apenas um dos tipos de método de avaliação (Cogswell, 2008).

A dicotomia em causa é antiga e atravessou sempre a história da Psicologia e da Avaliação Psicológica. Podem ser consideradas duas formas extremas e opostas de pensar a situação de teste em específico, e a de avaliação psicológica em geral (Beutler & Groth-Marnat, 2003; Marques, 1994). Uma delas tem como fundamento a preocupação pela objetividade, evitando tudo o que é subjetivo. Há uma conduta que privilegia o recurso a instrumentos considerados adequados do ponto de vista psicométrico. Esta atitude leva a que o sujeito seja visto como um conjunto de dados quantificados, resultantes de comparações intra e interindividuais (ou seja, comparações com os resultados obtidos por outros indivíduos). No lado oposto, temos uma atitude fundamental de procurar a subjetividade e individualidade do sujeito. Recusa-se, então, todo e qualquer instrumento que vise apenas a objetividade (Marques, 1994). Mas, é preciso não esquecer que o objetivo final é aproximarmo-nos da verdade psicológica do sujeito, compatibilizando diferentes teorias e métodos. É isso que permitirá definir a identidade do psicólogo quando realiza avaliação psicológica (Campos, 2011; Simões, 1994; Villemor-Amaral & Werlang, 2008).

Interpretação nomotética versus interpretação ideográfica em avaliação da personalidade

É preciso distinguir em avaliação psicológica as interpretações de testes de cariz nomotético das de cariz ideográfico. As primeiras ocorrem quando se procura avaliar os aspectos em que o sujeito se assemelha a outras pessoas e partilha certas características psicológicas. Veja-se o exemplo dado por Weiner (2000). Uma interpretação nomotética ocorre, por exemplo, quando o examinador retira uma conclusão como “As respostas ao Rorschach do sujeito mostram um padrão frequentemente associado a uma baixa tolerância à frustração”. Como indica a frase, as interpretações nomotéticas implicam comparações dos aspectos estruturais das respostas do indivíduo com os aspectos estruturais tipicamente encontrados em grupos de indivíduos com determinadas características.

As interpretações ideográficas, pelo contrário, avaliam de que forma o sujeito se distingue da maioria das outras pessoas e mostram características de personalidade que são, pelo menos de certo modo, únicas. Uma interpretação ideográfica ocorre, por exemplo, quando o examinador retira uma conclusão como: "A forma como o sujeito aborda o Rorschach sugere que pode ser uma pessoa muito dependente, que se mostra muito subserviente na presença de figuras de autoridade". A forma como essa frase está escrita identifica a natureza da interpretação ideográfica que é a de tentar atribuir significados particulares, pessoais aos comportamentos /respostas ao Rorschach com base num dado modelo teórico de personalidade. Atribuir significados ideográficos é, pois, o resultado de um processo de análise de tipo mais qualitativo, mais do que o resultado de comparações quantitativas, nas quais a teoria assume, no entanto, um papel fundamental (veja-se também Villemor-Amaral, 2008). Nenhum dos processos deve prevalecer. Uma análise mais balanceada deve ser a postura a adotar (Weiner, 2000).

Mas no fundo, a noção de interpretação ideográfica a um método projetivo toca e remete-nos imediatamente para a noção de projeção. Projeção num sentido lato da palavra, que tem a ver com a forma como o sujeito percebe o meio ambiente e lhe responde em função dos seus próprios interesses, aptidões, hábitos, estados afetivos duráveis ou momentâneos, expectativas e desejos (Laplanche & Pontalis, 1988). O processo de resposta aos métodos projetivos pode não implicar propriamente a projeção, se considerarmos o conceito num sentido mais restrito, por exemplo, enquanto mecanismo de defesa, mas certamente que o processo de resposta dependerá da projeção encarada num sentido mais lato. Nas técnicas projetivas, o conceito de projeção pode ter a ver com todos os processos ou mecanismos utilizados pelo sujeito no tratamento do estímulo, incluindo o próprio mecanismo de defesa da projeção (Fernandes, 1994). Rabin (1981) sugere que o termo *externalização*, mais do que o de projeção poderá ser mais adequado para explicar o que se passa nas técnicas projetivas.

Mas, evidentemente que numa gíria projetivista (Fernandes, 1994), numa linguagem própria dos psicólogos que utilizam métodos projetivos e que se identificam com uma interpretação mais ideográfica das provas psicológicas, se diz que existem respostas mais projetivas do que outras. Respostas que por um distanciamento mais marcado relativamente ao estímulo mostram de imediato modos de funcionamento característicos. Esse distanciamento implica como que um esquecimento da situação de teste, o dotar o estímulo de um significado que ele não possui. Vejamos as duas seguintes respostas ao cartão I do Rorschach: "Uma máscara" e "Uma máscara escura que representa a maldade humana" (Campos, 2009). A primeira tem muito menos de projetivo, se é que tem alguma coisa, relativamente à segunda. E pensamos que não são necessários quaisquer comentários.

Num dado sentido, podemos dizer que nem tudo o que se passa num método projetivo pode ser visto como projeção. Para usar a analogia de Murray (citação de memória) se a projeção é tudo, então não é nada! Mas num sentido complementar, as respostas de um sujeito a qualquer teste, não necessariamente projetivo (aliás, em todas as atividades da vida de um indivíduo) poderiam conceber-se como tendo a marca da sua individualidade (Sami-Ali, 1977), pelo que poderíamos depreender que o conceito de projeção estaria subjacente à resposta a qualquer teste psicológico e não apenas a um método projetivo. No sentido mais lato de projeção, o indivíduo está a projetar a todo o momento, quando percebe e responde ao ambiente. Antes de servir como defesa, o processo projetivo permite tornar em parte o mundo um universo cultural (Sami-Ali, 1977). Parece-nos, então, ser possível dizer que num dado sentido, nem tudo é projetivo nos métodos projetivos, e num sentido complementar que há obviamente projeção fora dos métodos projetivos. E é sobre ela que focalizaremos a parte final deste trabalho.

Cuidados na interpretação ideográfica

Ilustraremos, a seguir, por meio de alguns exemplos, a utilização da projeção no sentido lato da palavra, mesmo é dizer através de análise mais qualitativa, o carácter ideográfico da interpretação das respostas de alguns sujeitos, postura e análise estas que podem em muitos casos complementar uma análise mais nomotética, quantitativa, com base em índices e valores psicométricos; não substitui este último tipo de análise, mas pode complementá-la. No entanto, refira-se, nem sempre é possível uma análise mais qualitativa, mesmo quando se utiliza um método projetivo, porque simplesmente os dados temáticos poderão não estar lá (Exner, 2003).

Antes da apresentação dos exemplos, apenas mais duas notas prévias que consideramos importantes. É sempre preciso valorizar o rigor em avaliação psicológica, os resultados quantitativos, a comparação com as normas. Aliás, valoriza-se muitas vezes o que é idiossincrático por comparação com o que é normativo, típico (Exner, 2003; Weiner, 2005). Todas as hipóteses obtidas por uma análise qualitativa devem ser sempre preferencialmente submetidas a uma validação cruzada que as possa confirmar, antes de elevá-las à categoria de conclusões, porque é muito fácil ser-se apanhado por conteúdos muito chamativos e interpretar-se abusivamente. Contudo, deverá sempre olhar-se atentamente para os dados normativos. São estes dados que nos permitem, como dissemos, valorizar os aspectos idiossincráticos de um protocolo. Assim, por exemplo, no Rorschach, duas respostas de espaço branco são pouco significativas, é frequente os indivíduos darem duas respostas de espaço branco, mas apenas uma resposta vista já é muito importante, dado que estas últimas são raras na população geral (Exner, 2002). Num outro exemplo, no Teste de Apercepção para Crianças (CAT), versão com

figuras animais, é muito frequente a criança referir-se à figura grande do primeiro cartão como “galinha”, pelo que não há nesse facto só por si nada de relevante; será eventualmente relevante, sim, porque muito mais raro e portanto idiossincrático quando acontece, uma resposta em que a figura grande é identificada como um “galo”.

Refira-se, ainda, como segunda nota, que para uma análise qualitativa é também preciso conhecer muito bem a história do sujeito. Esse tipo de análise é sempre mais difícil, mais subjetiva, mais falível, mais susceptível a enviesamentos por parte do intérprete e deve ser sempre mais reservada aos mais experientes e menos a quem se inicia na exigente tarefa da avaliação psicológica.

Exemplos de interpretação ideográfica

Vejamos então quatro vinhetas clínicas que ilustram outros tantos exemplos de uma abordagem ideográfica, utilizando diversas provas psicológicas.

Vinheta 1 – Mas então as árvores também crescem?...

F. tem 13 anos, um ar inteligente, simpático, sorrindo e olhando o psicólogo de frente. Parece mais novo, corpo ainda de criança. Colabora na avaliação. O seu aproveitamento escolar é medíocre, embora se tenha verificado que a sua eficiência intelectual é tendencialmente superior à média. O português e a matemática são as disciplinas em que apresenta mais dificuldades. Não gosta da escola. Refere dificuldades de concentração e de memória e queixa-se de dores de cabeça frequentes nos últimos meses. Tem medo de não aprender, nas suas palavras, “de ficar burro”. Da sua história passada não ressaltam aspectos psicopatológicos importantes. Foram aplicadas diversas provas cognitivas e de personalidade. Não se registaram dificuldades cognitivas significativas. As dificuldades escolares parecem claramente o resultado de dificuldades de ordem emocional. Parece por demais evidente a crise desenvolvimental desse adolescente. Entre o medo e o desejo de crescer, entre o assumir uma nova etapa, a da adolescência ou retomar a infância. Repare-se na resposta que F. dá ao cartão IX do Rorschach: a resposta é: “Uma árvore”. No inquérito repete-se a resposta e o sujeito diz: “Uma árvore, está aqui o tronco, as folhas verdes e as folhas secas. [Secas?]. Sim, estão assim secas, estão a cair, e estão a nascer outras por baixo delas”. Também nele as folhas secas estão a começar a cair, o corpo está a começar a mudar, mas F. tem muito medo das folhas verdes que aí vêm, das transformações da adolescência, do novo, do desconhecido, embora esteja expectante e desejante.

Por um lado, simbolicamente, ele é árvore, e as folhas verdes que nascem correspondem às mudanças inerentes à puberdade. Por outro lado, as folhas secas, que caem, correspondem ao que inevitavelmente ele “tem de perder” para que possa percorrer de forma saudável o percurso desenvolvimental da adolescência. Ele está no limbo, sem saber se pode arriscar entrar no “comboio”

do progresso e do crescimento, ou se permanecer na “estação”, o que inevitavelmente e no limite o conduzirá à regressão e ao “secar” e murchar da sua vida psíquica.

Vinheta 2 – O que não nos mata torna-nos mais fortes

B. vem para avaliação na sequência de um acontecimento traumático em que presenciou um acidente que teve como desfecho a morte do avô, que foi atropelado por um autocarro (equivalente a ônibus em português do Brasil) quando ia ao seu lado e atravessavam uma passarela na estrada (termo usado em Portugal para referir os locais apropriados para atravessar a estrada pelos cidadãos). B. foi projetado para o lado e sofreu apenas ligeiríssimas escoriações. A morte do avô não foi imediata. Esteve vários meses em coma. B. tem sete anos, e um irmão de quatro, e os pais pedem uma indenização em tribunal por danos causados. A mãe refere medos diversos na criança (de cães, de sair de casa, do fogo). Refere também agressividade para com o irmão mais novo. Veja-se a história que contou sobre o desenho que fez na primeira sessão: “Primeiro construíram o prédio, depois veio o sol e as nuvens e depois começou a chover, choveu muito e as pessoas beberam água e esta é uma tenda com médicos para as pessoas que se afogaram e depois este é um balão que um menino largou e esta é uma árvore que cresceu muito por causa da água”. Vale dizer que nem tudo o que começa mal, tem de acabar mal, que o que não nos mata torna-nos mais fortes. Pelo menos é o seu desejo.

Na sua fantasia/desejo, a situação traumática poderá não implicar necessariamente apenas algo de negativo. A água/sofrimento pode na verdade permitir que a árvore/ menino possa crescer e os médicos/psicólogo que agora o ouve pode também contribuir para esse fim. O balão que o menino solta pode, em nosso entender, representar justamente a possibilidade de ser livre/crescer, não ficar preso a um passado traumático e destrutivo.

Notem-se as respostas que a mesma criança deu no subteste de vocabulário da Escala de Inteligência de Weschler para Crianças (WISC) aos itens valente e herói, respectivamente: “Quer dizer um miúdo [garoto] que não tem medo das outras coisas” e “Quer dizer um miúdo [garoto] que é valente, e não tem medo de nada e faz tudo”.

Parece que estamos perante uma evidente forma de projeção *especular* optativa, em que o sujeito projeta a sua imagem idealizada (Anzieu, 1976). Ele seria o miúdo [garoto] referido na resposta, e como esse miúdo [garoto], ele seria valente, tendo sido capaz de sobreviver à situação traumática a que foi exposto. Muito embora, pode também intuir-se uma certa negação / recusa em encarar o sofrimento / morte do avô, como se não lhe fosse possível ser frágil e ter medo, medo do inesperado, medo do que não se pode prever, como o autocarro que surge de repente e tira a vida ao avô – parece tratar-se na verdade da impossibilidade de elaboração psíquica; forma típica de resposta a um acontecimento traumático.

Vinheta 3 – A cama que voa

T. tem 6 anos e vem para avaliação a pedido de uma colega que o acompanha em psicoterapia. Está diagnosticado com uma perturbação de hiperatividade com déficit de atenção. É agitado, impulsivo, tem dificuldades em tolerar a espera e a frustração. Quer fazer bem, mas devido a sua impulsividade falha em tarefas que estariam claramente ao seu alcance. Acede realizar diversas provas de avaliação, não sem colocar ao examinador dificuldades em mantê-lo atento e focado. É necessário pedir-lhe várias vezes para esperar, e prometer-lhe que no final jogará com o examinador ao jogo do galo. Perde sempre nesse jogo, mesmo com facilidades dadas de propósito, devido, uma vez mais, a sua impulsividade. Os pais separaram-se há poucos meses e a mãe, a pretexto da ansiedade do menino em dormir no seu quarto, coloca-o a dormir consigo todas as noites. A colega que acompanha a criança em psicoterapia desaconselha vivamente tal prática, relacionando-a mesmo com a turbulência da criança, mas a mãe tem muita dificuldade em acolher a sugestão da psicóloga, apesar de esta ter nos últimos tempos mostrado alguma veemência.

No Teste de Apercepção para Crianças (CAT), T. dá aos quatro primeiros cartões histórias com um grau de elaboração aceitável e não mostra dificuldades especiais em executar a tarefa, para além das já referidas e habituais dificuldades resultantes da sua agitação. Veja-se, no entanto, a sua produção perante o cartão 5: “Oh pá, isto não é história nenhuma... oh pá é uma cama voadora... não é história nenhuma.” (e quer rapidamente livrar-se do cartão).

A situação – estímulo da prova reenvia a criança abrupta e massivamente para a sua vivência real, demasiado carregada do ponto de vista pulsional para poder ser elaborada, logo para que uma história coerente possa ser construída e devolvida ao examinador, sem desencadear um movimento de recusa violento. O cartão 5 do CAT remete do ponto de vista latente para a forma como a criança se situa face a o Édipo, ao casal e às fantasias relativas à cena primitiva (Boekholt, 2000). Nesta criança, a vivência edipiana é difícil de suportar possivelmente pela culpabilidade que a situação atual (dormir na mesma cama da mãe) desencadeia. Lembre-se também que o pai está ausente e que, portanto, não pode mediar a relação da criança com a mãe.

Vinheta 4 – A andorinha e a Primavera...

S. é um jovem de 20 anos, estudante de Medicina, tem uma namorada da mesma idade, estudante de engenharia. Tem uma história sem aspectos relevantes do ponto de vista da disfuncionalidade. Gosta de praticar *surf* nos tempos livres, simpático, entusiasta, gosta de pensar e do saber. Valoriza muito os aspectos intelectuais. Há poucos meses faleceu o avô com quem mantinha uma relação de grande proximidade. Aceitou a perda com tristeza na altura, mas com alguma resignação saudável. No entanto, é imediatamente perceptível o quanto essa perda o marcou. Na versão portuguesa da forma original da WAIS, no subteste de compreensão, ao item “O que significa o provérbio, uma andorinha não faz a Primavera?”, responde “O provérbio não está certo...”, e o examinador diz “mas responde a este”, e S. retribui: “O provérbio correto é: com a morte de uma andorinha não acaba a Primavera”.

O simbolismo é tão transparente que preferimos abstermo-nos de comentários. Apetece apenas referir que sentimos uma enorme satisfação pela capacidade do sujeito de se adaptar/lidar com a perda objetual. A primavera da vida contínua, mesmo depois da morte da andorinha/objeto de referência.

Conclusão

Parece então possível concluir que, num dado sentido, se pode obviamente encontrar elementos projetivos/ idiossincráticos fora dos métodos projetivos. Ou seja, o olhar atento do psicólogo pode detectar elementos mais pessoais na resposta e no comportamento em face de outras provas psicológicas ao longo do processo de avaliação psicológica.

Consideramos que a avaliação da personalidade é uma tarefa exigente, mas fascinante, quando olhamos, quando sabemos e podemos olhar para além dos números. Não os menosprezemos, valem por si, mas o fascínio está na arte da avaliação; porque mais do que apenas uma ciência, a avaliação é também uma arte (Cates, 1999). Quando podemos ver, aproximarmo-nos daqueles que a nossa frente se sentam, quando deles nos sentamos próximos. Avaliação, *assessment*, provém justa e curiosamente do latim *assidere*, que significa sentar-se próximo; o fascínio está, como dizíamos, na possibilidade de olhar além, além dos números; ou seja, podemos dizer, sem dúvida, que para além dos números está sempre uma pessoa!

Referências

- Anastasi, A., & Urbina, S. (1997). *Psychological testing* (7a ed.). Uper Saddle River, NJ: Prentice-Hall.
- Anzieu, D. (1976). *Les methodes projectives*. Paris: PUF.
- Beutler, L. E., & Groth-Marnat, G. (2003). *Integrative assessment of adult personality* (2a ed). New York: Guilford Press.
- Boekholt, M. (2000). *Provas temáticas na clínica infantil*. Lisboa: Climepsi.
- Bornstein, R. F. (1998). Implicit and self-attributed dependency strivings: Differential relationships to laboratory and field measures of help-seeking. *Journal of Personality and Social Psychology*, 75, 778-787.

- Bornstein, R. F. (2002). A process dissociation approach to objective-projective test score interrelationships. *Journal of Personality Assessment*, 78, 47-68.
- Bornstein, R. F. (2007). Might the Rorschach be a projective test after all? Social projection of an undesired trait alters Rorschach oral dependency scores. *Journal of Personality Assessment*, 88, 354-367.
- Campos, R. C. (2004). O processo de avaliação da personalidade e os instrumentos de medida que utiliza: Algumas notas em torno da sua caracterização em contexto clínico. *Ciência Psicológica*, 9, 95-113.
- Campos, R. C. (2009). Projection and Projective Methods: A brief theoretical comment. *Journal of Projective Psychology & Mental Health*, 16, 166-168.
- Campos, R. C. (2011). 'It might be what I am': Looking at the use of Rorschach in psychological assessment. *Journal of Projective Psychology & Mental Health*, 18, 28-38.
- Campos, R. C. (2012). *Textos sobre psicopatologia e diagnóstico psicodinâmico*. Lisboa: Climepsi.
- Cates, J. A. (1999). The art of assessment in Psychology: Ethics, expertise and validity. *Journal of Clinical Psychology*, 55, 631-641.
- Cogswell, A. (2008). Explicit rejection of an implicit dichotomy: integrating two approaches to assessing dependency. *Journal of Personality Assessment*, 90, 26-35.
- Exner, J. E., Jr. (2002). A new nonpatient sample for the Rorschach Comprehensive System: A Progress Report. *Journal of Personality Assessment*, 78, 391-404.
- Exner, J. E., Jr. (2003). *The Rorschach: A Comprehensive System (Vol 1): Basic foundations and principles of interpretation* (4a ed.). New York: John Wiley & Sons.
- Fernandes, I. (1994). O conceito de projecção e as técnicas projectivas: A sua tradução no Rorschach e no TAT. *Análise Psicológica*, 12, 441-445.
- Fernández-Ballesteros, R. (Ed.) (2002). *Introducción a la evaluación psicológica I y II* (2ª ed.). Madrid: Ediciones Pirâmide.
- Fernández-Ballesteros, R. (Ed.) (2005). *Evaluación psicológica: Conceptos, métodos y estudio de casos* (2ª ed.). Madrid: Ediciones Pirâmide.
- Groth-Marnat, G. (2009). *Handbook of Psychological Assessment* (5a ed.). New Jersey: John Wiley and Sons.
- Hersen, M., Hilsenroth, M. J., & Segal, D. L. (Eds.) (2003). *Comprehensive handbook of psychological assessment* (Vol. 2): *Personality assessment*. New Jersey: Wiley.
- Kline, P. (1999). *The handbook of psychological testing*. New York: Routledge.
- Laplanche, J., & Pontalis, J. B. (1988). *The language of Psychoanalysis*. London: Karnac.
- Lindzey, G. (1961). *Projective techniques and cross-cultural research*. New York: Apleton-Century Crofts.
- Maloney, M. P., & Ward, M. P. (1976). *Psychological assessment: A conceptual approach*. New York: Oxford University Press.
- Marques, M. E. (1994). Do desejo de saber ao saber do desejo: Contributos para a caracterização da situação projectiva. *Análise Psicológica*, 12, 431-439.
- Ordem dos Psicólogos Portugueses (2011). *Código dentontológico*. Lisboa: Ordem dos Psicólogos Portugueses.
- Rabin, A. (1981). *Assessment with projective techniques*. New York: Springer Publishing Company.
- Sami-Ali. (1977). *De la projection: une etude psychanalytique*. Paris: Payot.
- Silva, D. R. (1998). *Curso do Sistema Integrativo do Rorschach SIR* de Exner. Lisboa: Secção de Avaliação da Personalidade da Sociedade Portuguesa de Psicologia.
- Simões, M. R. (1994). Notas em torno da arquitectura da avaliação psicológica. *Psychologica*, 11, 7-44.
- Simões, M. R. (1996). Ética e Deontologia da/na avaliação psicológica: Das intenções aos actos. Em *Avaliação Psicológica: Formas e Contextos* (pp. 616-624). Braga: Associação dos Psicólogos Portugueses.
- Simões, M. T. (1998a). Avaliação psicológica e diagnóstico da perturbação da hiperactividade com défice de atenção (I): Entrevistas. *Psychologica*, 19, 43-81.
- Simões, M. R. (1998b). Avaliação psicológica e diagnóstico na perturbação da hiperactividade com défice de atenção (II): Escalas de avaliação. *Psychologica*, 19, 83-109.
- Simões, M. R. (1999). O ensino e a aprendizagem da avaliação psicológica: O caso da avaliação da personalidade. *Psychologica*, 22, 135-172.
- Villemor-Amaral, A. E. (2008). A validade teórica em avaliação psicológica. *Psicologia: Ciência e profissão*, 28, 98-109.
- Villemor-Amaral, A. E., & Werlang, B. G. (2008). *Atualizações em Métodos Projetivos para avaliação psicológica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Weiner, I. B. (1983). The future of psychodiagnosis revisited. *Journal of Personality Assessment*, 53, 827-831.
- Weiner, I. B. (2000). Making Rorschach interpretation as good as it can be. *Journal of Personality Assessment*, 74, 164-174.
- Weiner, I. B. (Ed.) (2005). *Principles of Rorschach Interpretation*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Weiner, I. B., & Greene, R. L. (2008). *Handbook of personality assessment*. New Jersey: John Wiley and Sons.

Recebido em novembro de 2012
 1ª reformulação em abril de 2013
 2ª reformulação em julho de 2013
 Aprovado em agosto de 2013

Sobre o autor

Rui C. Campos é Psicólogo Clínico, Professor de Avaliação Psicológica do Departamento de Psicologia da Universidade de Évora, Portugal.